

APORTES À PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO E TRABALHO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

VIEITEZ, Candido Giraldez*

DAL RI, Neusa Maria**

RESUMO

O principal escopo deste texto é o de realizar uma análise acerca das pesquisas sobre educação e trabalho no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Com o objetivo de mais bem determinar a problemática educação e trabalho, colocamos em epígrafe três questões cruciais para o desenvolvimento educacional e econômico do Movimento: a reforma agrária democrática; a economia política; e a base social do MST. As reflexões contidas neste texto apóiam-se em revisão da literatura pertinente à temática e em pesquisas empíricas efetuadas em várias escolas e assentamentos do MST.

Palavras-chave: Educação e trabalho. MST. Educação e movimentos sociais.

* Professor Assistente Doutor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília, Faculdade da qual foi diretor. Realizou pós-doutorado na Universidad Complutense de Madrid, Espanha. Autor dos livros “Os professores e a organização da escola”; “Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão” e “Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão”, dentre outras publicações.

** Professora Livre-Docente III da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília. Atualmente é Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma Faculdade. Realizou pós-doutorado na Universidade do Minho, Portugal. Bolsista PQ do CNPq, líder do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia e editora do periódico científico ORG&DEMO. A autora possui vários livros, capítulos de livros e artigos publicados, com destaque para os livros “Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão” e “Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão”.

**CONTRIBUTIONS TO RESEARCH ON EDUCATION AND WORK IN THE RURAL
WORKERS LANDLESS MOVEMENT**

VIEITEZ, Candido Giraldez*

DAL RI, Neusa Maria**

ABSTRACT

The main scope of this paper is to conduct an analysis about the education and work in the Movement of Landless Rural Workers (MST). Aiming to better determine the problematic on education and work, we put in above three questions crucial to the educational and economic development of the Movement: the democratic agrarian reform; political economy; and the social basis of the MST. The reflections contained in this text are supported in reviewing the literature on thematic and empirical research conducted in various schools and MST settlements.

Keywords: *Education and work . MST. Education and social movements*

* Professor Doctor Assistant of Graduate Program in Education of the Faculty of Philosophy and Sciences, Paulista State University (UNESP), Marília Campus, Faculty of which he was director. He conducted postdoctoral studies at the Universidad Complutense de Madrid, Spain. Author of "Teachers and school organization" ; "Associate Work: cooperatives and self-management companies " and " Democracy Education and work associated with the Rural Workers Landless Movement and the self-management of factories " , among other publications.

** Associate Professor III of the Paulista State University (UNESP), Faculty of Philosophy and Sciences, Marília Campus. It is currently the Coordinator of Graduate Program in Education at the same faculty. She conducted postdoctoral studies at the University of Minho, Portugal. Fellow PQ CNPq, leader of the Research Group Organizations and democracy and editor of the journal *ORG & DEMO*. The authoress has several books, book chapters and published articles, especially the books "Democracy Education and work associated with the Rural Workers Landless Movement and the self-management of factories" and "associated work: cooperatives and self-management companies."

1 INTRODUÇÃO

Nos anos de 1980 e 1990 grandes acontecimentos marcaram a vida social de diversos países. A ideologia neoliberal que emergiu da crise dos anos de 1970 foi empolgando o cenário internacional, ao mesmo tempo em que eventos como a queda do muro de Berlim, o colapso da União Soviética, o refluxo do movimento sindical, a redução das lutas operárias (SILVER, 2003) e o declínio dos partidos revolucionários em geral foram observados. No Brasil, o movimento operário e popular (MOP), em confronto com a ditadura militar, contrariou a tendência geral de refluxo dos movimentos entre 1978 e 1985. Porém, após esse interregno, também retrocedeu.

Houve um momento em que os conflitos da sociedade moderna pareciam ter sido superados, e teóricos pós-modernos proclamaram o fim da história (FUKUYAMA, 1992). Contudo, logo se tornou evidente que esse tipo de formulação foi um tanto apressado, pois, nos anos de 1990, sobretudo na América Latina, os conflitos sociais retornaram, ainda que na forma de luta dos movimentos sociais estrito senso, e não tanto nas formas clássicas que envolviam partidos e sindicatos.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi fundado em 1984, no eclipse da ditadura militar, ainda sob a influência da retomada do MPO iniciada no segundo lustro dos anos 1970, e ganhou notoriedade no Brasil e internacionalmente.

Atuando em paralelo com o MST, outras organizações estão presentes no campo e também realizam ações em prol da reforma agrária (MANSUR, 2012). A reforma agrária propriamente dita não foi realizada. Contudo, as interpelações apresentadas por esse conjunto de forças sociais ao Estado redundaram na constituição dos assentamentos da reforma agrária¹, os quais transcendem o âmbito de atuação do MST, embora este seja a organização mais importante e de maior visibilidade diretamente empenhada nessa luta.

Além do Estado, outras instituições ou organizações nacionais e internacionais reconhecem a importância estratégica do MST na geração dos assentamentos e, portanto, na geração de emprego e renda, bem como sua contribuição em outras áreas, como, por exemplo, na educacional. Dessa forma, no âmbito acadêmico, várias universidades públicas brasileiras

¹ A respeito da reforma agrária, Stédile (2012, p. 1), dirigente do MST, afirma que “No Brasil, nunca tivemos um programa de reforma agrária verdadeiro. [...] O que houve no Brasil depois da redemocratização foram desapropriações pontuais, de alguns latifúndios, e um programa mais amplo de colonização de terras públicas na Amazônia, que não afetaram a estrutura da propriedade da terra. Essas desapropriações de latifúndios que oscilam de governo a governo, tem sido muito mais fruto da pressão social dos movimentos, do que de um amplo programa de reforma agrária dos governos”

e de alguns outros países oferecem cursos em parceria com o MST, realizam pesquisas e prestam assistência a escolas ou cooperativas do Movimento (MST, 2010).

Desse modo, o interesse pelo MST, seja como parceiro em atividades, seja como objeto de estudo tem curso na sociedade. No entanto, frequentemente a raiz desse interesse não é apenas o MST enquanto movimento organizado, com seus métodos de organização e luta, mas o fato de que o Movimento contribuiu para trazer de volta um tema que parecia totalmente superado pelo progresso: a luta pela terra. Segundo Medeiros (2004, p. 1):

Após ter sido considerado um tema superado na pauta dos governos de diferentes países e de ter sido considerado ultrapassado por muitos intelectuais, em razão do intenso processo de modernização das atividades agrícolas ocorridas em todo o mundo a partir do pós-guerra, a luta por terra vem ganhando crescente visibilidade nos últimos anos, mostrando a permanência de uma questão agrária. No entanto, se, por um lado, o tema do acesso a terra mantém-se como ponto de ligação com o passado recente, de outro afloram novos significados nas reivindicações apresentadas por diferentes formas de organização que agregam os mais diversos segmentos de trabalhadores do campo e que expressam uma enorme pluralidade de modos de vida. Elas deixam transparecer as profundas transformações ocorridas no meio rural em todo o mundo nas últimas décadas, bem como a difusão de temas semeados pelos movimentos feministas, ambientalistas e por direitos que, ao longo dos últimos 40 anos, tiveram um papel importante no sentido de questionar valores estabelecidos.

O MST adquiriu notoriedade pela audácia com que tem enfrentado as políticas neoliberais, por seus métodos de luta, por sua presença em praticamente todo o território nacional, por suas características de movimento altamente organizado e, certamente, pelos resultados que vem obtendo na educação e na produção agrária. A condição de organizador da educação e de uma economia política específica, dentre outros atributos, contribuem para augar o interesse sociológico em relação a ele.

Outro aspecto atrai também a atenção sobre o MST. Os movimentos sociais podem ter ideias próprias elaboradas a respeito de como a sociedade deve organizar a educação ou o trabalho. Um partido político ligado aos trabalhadores, por exemplo, usualmente tem uma visão própria de educação e trabalho. Contudo, é raro que organizações populares coloquem em prática suas ideias a respeito desses temas. Por conseguinte, neste quesito, o MST apresenta uma condição ímpar. As ações por ele encetadas no transcurso de três décadas de lutas pela reforma agrária permitiram-lhe construir uma espécie de economia política que abarca muitos milhares de famílias acampadas ou já assentadas. E, concomitantemente à constituição dessa economia, o Movimento também pôde construir uma rede de escolas próprias e manter escolas públicas sob sua influência.

Segundo Caldart (2005), pesquisadora e membro da Comissão de Educação do MST, em 2005 o Movimento contava com 1.500 escolas e 160 mil alunos distribuídos por

estabelecimentos de vários níveis, da educação infantil à universidade. Em publicação mais recente, o MST (2010) informa que foram conquistadas 2.250 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos, das quais 1.800 até a 4ª série, 400 até o ensino fundamental completo e 50 até o ensino médio. Segundo o MST (2010) há 300 mil trabalhadores/as rurais estudando, entre crianças e adolescentes. Mais de 350 mil integrantes do MST já se formaram em cursos de alfabetização, ensino fundamental, médio, superior e cursos técnicos. Mais de 4 mil professores foram formados pelo Movimento e em torno de 10 mil professores atuam nas escolas em acampamentos e assentamentos. Mais de 100 mil sem-terras foram alfabetizados, entre crianças, jovens e adultos. Por ano, há aproximadamente 28 mil educandos e 2 mil professores envolvidos em processos de alfabetização. Por meio de parcerias com universidades públicas, trabalhadores/as rurais do MST estudam em 50 instituições de ensino. Há aproximadamente 100 turmas de cursos formais e mais de 5 mil educandos nessas instituições. São cursos técnicos de nível médio profissionalizante, como Administração de Cooperativas, Saúde Comunitária, Magistério e Agroecologia, cursos superiores, como Pedagogia da Terra, Letras, Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Agrárias, Agronomia, Veterinária, Direito, Geografia e História.

Esse quantitativo pode parecer modesto se o virmos no contexto do sistema educacional brasileiro. Porém, é expressivo se considerarmos que decorre das ações de um movimento popular. Afora isso, a importância e o interesse que suscitam a educação escolar do MST transcendem sua magnitude, pois uma atividade educativa que se assume diferenciada em relação à pedagogia oficial vem sendo exercitada pelo Movimento em suas escolas no transcorrer de três décadas.

O MST desenvolve um esforço reflexivo-prático no sentido de criar uma pedagogia própria, diferente da que predomina na escola oficial (BEZERRA, 1999; LEANDRO, 2002; DAL RI, 2004; DAL RI; VIEITEZ, 2008). Essa pedagogia situa-se num campo epistemológico amplo, não redutível a nenhuma instância social em particular. Não obstante, parte da ontologia que lhe serve de base decorre tanto de sua conexão com a economia (assentamentos e acampamentos), quanto do Movimento enquanto lutador político.

Essa atividade educativa já suscitou número apreciável de pesquisas. No entanto, há indicações de que o interesse por esse objeto de pesquisa, em vez de amainar encontra-se em alta. As motivações gerais para isso são variadas. Mas, no campo educacional, especificamente, a busca por novos horizontes pedagógicos projeta-se como importante motivação perante uma realidade social que, sob a ordem neoliberal, não cessa de agregar aporias ao sistema educacional vigente.

A maior parte da literatura produzida expõe resultados que são favoráveis ou muito favoráveis ao *modelo* educacional do MST. No entanto, essa positividade confluyente não significa homogeneidade nas conclusões, ao contrário, pois é comum que o juízo elogioso compartilhado seja derivado de interpretações antitéticas. Podemos reduzir as interpretações antagonistas mais típicas em duas vertentes; por um lado, temos os estudos que chegam à conclusão de que a pedagogia do MST é uma importante contribuição ao aperfeiçoamento da cidadania na ordem social e, por outro lado, há as investigações que chegam à conclusão de que a educação do MST é de teor socialista. Em suma, as duas correntes concordam quanto a excelência da educação do MST, embora por razões contraditórias. A primeira, porque considera a educação do Movimento uma contribuição ao liberalismo educacional hegemônico e, a segunda, porque a vê como uma contribuição à luta pelo socialismo.

Essa discrepância analítica, em princípio, não diz respeito à qualidade das análises. Diz respeito, provavelmente, à dificuldade de ajustar a *reforma agrária democrática* – que até o presente é o núcleo principal da práxis do MST –, aos paradigmas mais consagrados de interpretação visionária, ou seja, o paradigma liberal, como expressão de uma realidade social existente e hegemônica, e o socialista, como expressão de um projeto social divergente.

A educação do MST, dadas as dificuldades conceituais sugeridas, se apresenta, portanto, como um objeto de investigação de problemática complexa e virtualmente resvaladiça.

Este trabalho está apoiado em mais de quinze anos de estudos e pesquisas empíricas sobre a educação e a economia política do MST e em pesquisa atual financiada pelo CNPq realizada em distintos assentamentos e em várias escolas, da educação infantil ao ensino superior, situados em diferentes Estados. As escolas investigadas durante os anos de pesquisa foram: Escola de Ensino Fundamental Construindo o Caminho, situada no Assentamento Conquista na Fronteira, município de Dionísio Cerqueira, Santa Catarina em 2002; Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC) localizada em Veranópolis, Rio Grande do Sul, em 2002 e 2014; Escola de Agroecologia Laudenor dos Santos, situada em Itapeva, São Paulo, em 2005 e 2015; Escola de Agroecologia Milton Santos, situada em Maringá, Paraná, em 2013, 2014 e 2015; Escola Nacional Florestan Fernandes, localizada em Guararema, São Paulo, em 2012 e 2014; Escola Camponesa Municipal Chico Mendes, de Educação Infantil e Ensino Fundamental, Assentamento Pontal do Tigre, em Querência do Norte, Paraná, em 2013; Núcleo de Agroecologia localizado em Curitiba, Paraná, em 2014; Escola Iraci Salete Strozak de Ensino Fundamental e Médio, localizada no município de Laranjeiras do Sul, Paraná, em 2014; Escola Latino Americana de Agroecologia localizada em Curitiba, Paraná, em 2014;

Escola José Gomes da Silva de Agroecologia localizada no município São Miguel do Iguaçú, Paraná, em 2014; Escola Semente da Conquista, Ensino Médio, localizada no Assentamento 25 de Maio, Abelardo Luz, em Santa Catarina, em 2015; Escola Itinerante Cidinha, situada no distrito de Lerroville, Assentamento Eli Vive, Londrina, Paraná, em 2015.

Além da pesquisa bibliográfica e documental, os procedimentos utilizados nas investigações foram entrevistas semi-estruturadas e observações sistemáticas nos locais.

Nas escolas de agroecologia foram entrevistados os coordenadores pedagógicos, professores e alunos das turmas em curso. No IEJC foram entrevistados a diretora, professores, acompanhantes de turmas, uma secretária e alunos. Nas escolas de Ensino Fundamental, Médio e Infantil foram entrevistados os diretores/as, professores/as, alunos/as, funcionários e pais e mães de alunos/as. Também foram realizadas entrevistas com assentados, dirigentes do MST e estudiosos do Movimento. Embora os dados empíricos coletados não sejam diretamente citados neste texto, as reflexões e conclusões aqui expostas apóiam-se também nesses dados.

Desse modo, apresentamos neste artigo acepções teórico-práticas a que chegamos sobre a temática enunciada. Esperamos, com isso, poder contribuir para a reflexão sobre a adequada determinação da problemática educação e trabalho no MST, e o fazemos colocando em evidência três temas: a reforma agrária democrática; a economia política; e a base social do MST.

As análises sobre a educação do Movimento amiúde encontram-se seduzidas pelo que se apresenta como imediatamente pedagógico. Assim, os temas por nós indicados encontram-se, com demasiada frequência, ausentes das análises ou são tratados sem que lhes seja concedida a importância devida. Entretanto, eles são absolutamente cruciais para a compreensão da educação e do próprio MST. A reforma agrária democrática popular, por exemplo, é a essência do Programa do MST, e a sua economia política é a incubadora e mantenedora de sua base social e militância, visto que uma peculiaridade do Movimento é que ele nasce e evolui umbilicalmente ligado aos acampamentos e assentamentos.

2 QUESTÕES EDUCACIONAIS NO MST

A esta altura de sua trajetória, o MST apresenta diversas áreas de atividades organicamente conectadas. As principais são aquelas que dizem mais imediatamente respeito à luta pela reforma agrária e à atividade econômica e educacional.

Verificamos que o MST conta com mais de 2000 mil escolas e, por meio de estudos anteriores (DAL RI, 2004; DAL RI; VIEITEZ, 2008, 2009), apuramos que devido à concepção pedagógica adotada, o Movimento institui em suas escolas o que ele denomina de gestão democrática (GD). Por outro lado, também se encontra indicado na literatura e nos documentos do MST (2001) que a gestão democrática não é uma realidade homogênea, havendo variações importantes segundo o tipo de escola, empenho dos educadores, influência do Movimento, etc.

Uma fonte de interessantes questões a respeito da gestão democrática e da organização das escolas do MST resulta do seguinte. Por força da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, a GD encontra-se, ao menos teoricamente, instituída no sistema escolar público brasileiro. O que diferencia as duas concepções de gestão democrática, a oficial e a do Movimento, nas unidades escolares?

Outro exemplo assinalado pela literatura, inclusive a gerada pelo Movimento é que há um esforço para produzir uma pedagogia para os trabalhadores do campo, em princípio em consonância com a economia política. Esta proposição pode parecer simples à primeira vista, mas de fato não é, uma vez que a economia política do MST é multifacetada. Nos assentamentos há agricultores familiares estabelecidos em pequenos lotes individuais, cooperação de diversos graus e níveis articulando os produtores familiares, e cooperativas de produção agropecuária baseadas em propriedade coletiva de trabalhadores associados. As distinções assinaladas não dizem respeito apenas a diferentes características. Entre a pequena propriedade agrária individual e a propriedade coletiva do trabalho associado encontra-se uma contradição. Esta se expressa no fato de que embora a coordenação política do Movimento prefira a organização da produção por meio do trabalho cooperativo associado, os trabalhadores parecem preferir a pequena propriedade individual e resistem à associação. Por conseguinte, as questões são muitas. É conveniente ou imprescindível conectar a educação com a economia política do MST. Mas, com qual parte dessa economia política? Como é que o Movimento está lidando com essa diferenciação e contradição? A heterogeneidade da economia se reflete na pedagogia e na gestão das escolas?

O MST é uma organização importante por sua obra política, social, educacional e, também, pela temática da reforma agrária que defende. De tema superado pelo progresso, a reforma agrária converteu-se em assunto redivivo, não apenas no Brasil, mas em muitos outros países. Isso não ocorre simplesmente por causa do MST ou de outras organizações

congêneres², mas porque uma parte significativa dos trabalhadores não se conformou com o chamado modelo da *revolução verde* ou do agronegócio, esposando outras ideias a respeito de como se deve organizar o trabalho no campo.

A pesquisa sobre o MST é diversificada, relativamente abundante e de boa confecção. No entanto, apresenta a característica de ser relativamente restritiva pelo fato de que, em geral, o objeto MST encontra-se assaz recortado ou fracionado nas análises, incluindo os estudos educacionais. Portanto, parece-nos estratégico a realização de investigações mais integrativas ou totalizadoras, o que implica um esforço para tentar desvelar as *leis* sociais que estruturam e presidem o desenvolvimento da educação escolar no MST. Nessa linha de abordagem seria conveniente, ainda, que a pesquisa educacional acrescentasse uma *atualização* quanto à impositação política do Movimento.

Em entrevista concedida à Revista *Caros Amigos*, Stédile (2009, p. 1), membro da Coordenação Nacional do MST, afirmou:

Hoy, la mayor parte de nuestras riquezas, producción y distribución de mercancías agrícolas está bajo control de las empresas transnacionales. Ellas se aliaron con los hacendados capitalistas y produjeron el modelo de explotación del agro-negocio. Muchos de sus portavoces se apresuraron a preanunciar en las columnas de los grandes periódicos de la burguesía que el MST se acabaría. Equívoco engaño. La hegemonía del capital financiero y de las transnacionales sobre la agricultura, no consiguió, felizmente, acabar con el MST. Por un solo motivo: el agro-negocio no presenta solución alguna para los problemas de los millones de pobres que viven en el medio rural. Y el MST es la expresión de la voluntad de liberación de esos pobres.

Ainda, segundo Stédile (2009, p. 2), a constatação dessa nova realidade teria conduzido o MST ao reposicionamento de seus objetivos e métodos de luta.

La lucha por la reforma agraria que antes se basaba sólo en la ocupación de tierras del latifundio, ahora se presenta más compleja. Tenemos que luchar contra el capital. Contra la dominación de las empresas transnacionales. Y la reforma agraria dejó de ser aquella medida clásica: expropiar grandes latifundios y distribuirlos en lotes a los pobres campesinos. Ahora, los cambios en el campo, para combatir la pobreza, la desigualdad y la concentración de riquezas, dependen de cambios no sólo de la propiedad de la tierra, sino también del modelo de producción. Ahora, los enemigos son también las empresas internacionalizadas, que dominan los mercados mundiales. Significa también que los campesinos dependerán cada vez más de las alianzas con los trabajadores de la ciudad para poder avanzar en sus conquistas.

Em uma Conferência denominada *Desafios dos trabalhadores frente à crise*, proferida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), em 2009, Stédile reiterou e enriqueceu a visão do que seria esse reposicionamento. De acordo com Waldo Lao e Anna

² A inserção da Via Campesina em âmbito internacional é um dos indicadores de que a problemática da reforma agrária continua presente em variegado número de nações.

Feldmann (2009, p. 1-2), Stédile “Se referiu ao novo *Projeto Popular* no qual trabalha o MST nestes tempos em que a reforma agrária não avança”.

A base das considerações de Stédile é a nova situação do campo brasileiro.

En los últimos años, el medio rural fue seriamente afectado, el capitalismo se transformó y con él la lucha por la tierra se ha ido dificultando. El enemigo principal; los latifundiários, dejaron de ser el único problema para el campo. Producto de las aceleradas políticas neoliberales, las grandes empresas transnacionales le han dado un nuevo rumbo a las transformaciones agrícolas brasileñas, profundizando y agravando los moldes rurales. Estas empresas, que bajo el control financiero, imponen como modelo el agronegocio y el monocultivo - ocupando amplias extensiones de tierra - haciendo uso excesivo de productos agrotóxicos, que solo produce un grave desequilibrio y desgaste en la biodiversidad. Además, de que se han vuelto las dueñas de la producción, controlando el comercio y las semillas. Estos factores, resume Stédile, son los que han ido dificultando la lucha en el campo (LAO; FELDMANN, 2009, p.2).

É contra esse quadro desfavorável aos trabalhadores do campo que o MST propõe sua nova abordagem, a *reforma agrária popular*. Stédile esclarece que nessa nova concepção da luta, a reforma agrária não pode mais ser feita apenas pelos sem-terra. É necessário que se incorporem a ela novos sujeitos sociais, como os trabalhadores da cidade, os assalariados, as centrais sindicais e os partidos de esquerda.

Segundo Lao e Feldmann (2009, p. 2), que cobriram a conferencia, Stédile

[...] comentó en una serie de puntos, las nuevas iniciativas de la ‘*Reforma Agraria Popular*’. Empezando por la desapropiación y distribución de las grandes propiedades de tierra, estableciendo como condición un límite de 1.500 hectáreas. En ella, la pequeña agroindustria será propiedad de los trabajadores, enfatizó, la necesidad de introducir las cooperativas, adoptando un desenvolvimiento tecnológico como una forma sustentable y colectiva - preservando las semillas como patrimonio. [...] Afirmó ‘Será necesario cambiar la matriz tecnológica de las técnicas de producción del agronegocio por la agroecología’, siendo esta última, un conjunto de técnicas con las que se puede producir sin afectar el medio ambiente.

Os pontos da agenda enumerados por Stédile foram: 1) A desapropiação e distribuição da propriedade; 2) ênfase em relação à organização dos trabalhadores em cooperativas; 3) as cooperativas como facilitadoras do desenvolvimiento tecnológico em bases sustentáveis e coletivas; 4) a produção organizada em termos agroecológicos.

No que diz respeito à educação, Lao e Feldmann (2009, p. 2) escreveram que para Stédile

[...] es necesario que el MST forme sus propios agrónomos, recordó al auditorio que ya se ha formado el primer grupo de agrónomos del movimiento (un total de 62 personas) con el apoyo del Programa Nacional de Educación de la Reforma Agraria (PRONERA), un programa con el que el movimiento tiene convenios con más de 40 Universidades. João Pedro mencionó la importancia de incrementar el proceso

educativo formal - acesso al conocimiento científico – para todos y todas los jóvenes y adultos.

Não é possível deduzir dessas poucas indicações gerais o que a **nova imposição da reforma agrária popular** realmente significa para o MST. No entanto, um evento que parece estar ligado a essa nova orientação, com importante potencial político, acaba de ser realizado na forma de uma aliança de entidades que atuam no campo.

Após 51 anos do I Congresso Camponês, realizado em Belo Horizonte (MG), em 1961, os movimentos sociais e sindicais do meio rural brasileiro voltaram a se unir em evento semelhante: o Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, iniciado nesta segunda-feira (20), em Brasília. A aliança entre as 13 organizações que gestaram o encontro [já vinha sendo construída desde o início deste ano](#), conforme noticiou Carta Maior, e de acordo com o dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), William Clementino, é a luta pela reforma agrária o principal fator de união neste momento. 'A reforma agrária na lei ou na marra, com flores ou com sangue, ela vai ter que acontecer, porque ela é um princípio que supera a pobreza e a miséria', disse, lembrando a célebre frase de Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, durante o congresso de 1961. Clementino lembrou que 7 milhões das 11 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família estão no campo e, portanto, nenhuma política de combate à pobreza terá êxito sem a reforma agrária (CARTA MAIOR, 2012, p. 1).

O Jornal Brasil de Fato (2012, p.2) destaca a importância do evento em editorial, chegando a situá-lo na categoria de *histórico*. "Esse encontro será histórico, porque na trajetória dos movimentos sociais do campo essa unidade somente havia ocorrido uma vez, em novembro de 1961, quando se realizou em Belo Horizonte (MG) o I Congresso Camponês do Brasil".

Numa organização com a complexidade do MST, uma alteração importante quanto à abordagem dos objetivos e métodos necessita de um tempo de maturação e, neste sentido, podemos considerar que o tempo transcorrido desde a enunciação das mudanças é insuficiente. De qualquer modo, o MST parece estar realizando uma flexão em suas concepções e práticas. Isto suscita, naturalmente, uma série de indagações, sendo a primeira delas a respeito do próprio Movimento. Como ficará esta organização daqui para frente perante sua identidade anterior? A sua política educacional e econômica seguirá sendo a mesma ou haverá mudanças importantes? A nova ênfase em cooperação significará que o MST abandonará a velha ideia da reforma agrária como política estatal de distribuição individual de lotes? Supondo que a aliança forjada no Encontro unitário se concretize em atividades, que efeitos isso produzirá sobre o MST?

Em suma, se a reforma agrária popular realmente estiver entrando em uma nova fase é de se esperar que isso repercuta sobre a política educacional, bem como sobre a economia política e o próprio Movimento enquanto organização. Destarte, detectar as possíveis

mudanças na educação, enquanto teoria e prática seria uma contribuição nova e, também, de atualização dos conhecimentos sobre o MST.

3 UMA ORGANIZAÇÃO DE CLASSE TRABALHADORA

Para tentarmos responder ou ao menos socializarmos reflexões acerca dos temas/questões enunciados no item anterior, parece-nos fundamental iniciar a discussão tentando estabelecer quem são os sem-terra e que tipo de educação a organização gerou. A vinculação do MST com a reforma agrária é de domínio público. Muito menos difundido é o fato de que o MST é uma organização de classe trabalhadora.

Estudando a formação da classe trabalhadora na Inglaterra, Thompson (1977) chegou à conclusão de que os trabalhadores da primeira fase da Revolução Industrial praticamente inventaram a organização social de tipo popular, isto é, conceberam e fixaram determinantes que se tornariam os elementos básicos de uma *organização de classe trabalhadora*. O autor tece uma descrição desses elementos de acordo com o modo como apareceram na Sociedade de Correspondência de Londres.

Temos, em primeiro lugar, um trabalhador na condição de secretário. A cotização semanal é baixa. Observamos também como aparecem misturados nos debates os temas econômicos e políticos: ‘a dureza dos tempos’ e a reforma parlamentar. Vemos uma dupla função das reuniões: uma ocasião para o relacionamento social e centro de atividade política. Há também um cuidado realista com as formalidades dos procedimentos. E antes de tudo, existe a clara determinação de propagar opiniões e de organizar os conversos sob o lema de ‘que o número de nossos membros seja ilimitado’ (THOMPSON, 1977, p. 23).

Thompson (1977, p. 23) apresenta uma breve interpretação quanto ao significado desse novo tipo de organização social. Afirma ele que:

Hoje poderemos cair no erro de acreditar que tal diretriz é um lugar comum. E, no entanto, é um desses eixos sobre os quais gira a história. Significava o fim da noção de exclusividade, da política como patrimônio reservado de uma elite hereditária ou grupo de propriedade. Aderir a esse lema significava que a SCL [Sociedade Correspondência de Londres] dava as costas definitivamente à secular identificação de direitos de propriedade e direitos políticos [...]. Abrir as portas à propaganda e à agitação desta maneira *ilimitada* implicava uma nova noção de democracia que rompia com as velhas inibições e se assentava em um trabalho de ativação e organização no bojo das classes populares e realizada por seus próprios membros. Esta concorrência revolucionária tinha que conduzir necessariamente à acusação de alta traição.

Thompson não teve a preocupação de sistematizar o seu achado categorial. As organizações de trabalhadores que emergiram a partir da Revolução Industrial aduziram ou

subtraíram variáveis na medida em que tiveram de se adaptar a seus propósitos e âmbitos de atuação. Porém, em princípio, e ainda que com variações consideráveis, estruturaram-se segundo o espírito da assertiva de Thompson.

É segundo a assertiva de Thompson (1977) que o MST encontra-se estruturado, ou seja, como uma organização de classe trabalhadora, como organização coletiva de massa. Esta tese demanda que esclareçamos dois temas correlatos. O que entendemos por trabalhadores e classe trabalhadora, e por que a classe trabalhadora na sociedade moderna engendra uma *concorrência revolucionária*.

Para Thompson (1977) trabalhadores são aquelas pessoas que ganham a vida com o próprio trabalho, ou seja, que não vivem do trabalho alheio. Isto inclui os pequenos proprietários independentes e os assalariados não comprometidos diretamente com a gestão do capital. No entanto, segundo sua visão, os trabalhadores só constituem classe social quando mediante a auto-organização adquirem **identidade própria** e desenvolvem relações de solidariedade com vista a certos objetivos.

A concorrência revolucionária a que Thompson (1977) se refere não diz respeito necessariamente ao significado jacobino ou bolchevique do termo, por assim dizer. Diz respeito ao fato de que a auto-organização possibilita aos trabalhadores atuarem regularmente no cenário político a partir de sua identidade e interesses próprios. Isto por si só quebra a histórica exclusividade da política ser dos grupos econômicos ou de propriedade. Embora esses grupos sigam mantendo, em geral, a hegemonia política e econômica, a entrada em cena de concorrência política antagonista é fonte de conflitos recorrentes na sociedade moderna.

O reconhecimento do conflito social como fenômeno inerente à sociedade moderna é uma posição interpretativa clássica. Os grandes analistas sociais, que desempenharam um papel seminal no desenvolvimento das ciências sociais, tais como Durkheim (2010), Marx e Engels (2010), Weber (2009) e Mauss (2001), embora partissem de suposições ontológicas e epistemológicas distintas e chegassem a proposições últimas incompatíveis, nessa questão, entrecruzaram suas análises, pois reconheceram o caráter conflituoso da sociedade moderna.

O MST constituiu-se na esteira de um dos conflitos mais importantes engendrado pela sociedade moderna, ou seja, o conflito originado da tendência ilimitada à expansão da propriedade agrária capitalista a expensas da comunidade camponesa ou da pequena exploração agrária familiar, mercantil ou semimercantil (HOBSBAWM, 2008).

Nos anos de 1950 o campo brasileiro enveredou por uma rota de transformação, na medida em que a grande propriedade mercantil agrária começava a se transformar em

agronegócio³, isto é, em empreendimento tipicamente capitalista que lançava mão de trabalho assalariado precário gerando o fenômeno social do *bóia-fria* (MELLO, 1976). O regime militar dos anos 1964-1985 perfilado com os interesses da grande propriedade agrária e já sob a influência dos interesses neoliberais ascendentes, internacionais e nacionais, praticou políticas de apoio a essa transformação. Em inícios da década de 1980 a transmutação organizacional do campo, com a ajuda do rígido controle social exercido pelo regime militar, parecia seguir sem maiores controvérsias. A reforma agrária fora uma das bandeiras mais importantes do pretérito movimento da Revolução Brasileira e a oposição a ela havia sido uma das causas que impulsionou o movimento que culminou no golpe militar e na neutralização do movimento operário e popular. No entanto, na retomada do MOP, a partir do segundo lustro dos anos 1970, as forças que vieram a hegemonizar o movimento social redivivo, o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única de Trabalhadores (CUT), mantiveram prudente distância desse tema explosivo. Em vista disso, foi algo surpreendente o fato de o MST, em 1984, ter se constituído como um movimento empenhado em promover a reforma agrária.

O MST foi impulsionado em sua gênese primordialmente por ex-pequenos proprietários rurais que foram *expropriados* pelo avanço do agronegócio ou por grandes proprietários. O seu relativo sucesso como organização de um movimento popular agrário foi paradoxal, porque o Brasil não tem uma sólida tradição de campesinato pequeno-proprietário, não obstante o pretérito movimento das Ligas Camponesas. Prado Júnior (1978), refletindo sobre o evanescido movimento da Revolução Brasileira, referiu-se à histórica carência desse tipo de campesino no agro brasileiro e questionou se não teria sido um anacronismo o movimento pela Revolução Brasileira ter levantado a bandeira da reforma agrária. O que a sua análise não pôde prever é que as fileiras do MST fossem integradas não apenas por pequenos proprietários rurais ou ex-proprietários, mas por assalariados precarizados do campo e inclusive das cidades e, também, por aquelas formas de trabalho *semi-autônomo*, tais como meeiros, trabalhadores à terça, parceiros e arrendatários, as quais subsistindo sob uma aparente condição de independência, já se encontram de fato subsumidas pelo grande negócio agrário (FERNANDES, 2000).

³ Com o tempo o agronegócio evoluiu para o que é hoje o agronegócio-ampliado-globalizado. Segundo Accioly (2012, p. 1) este não mais se restringe aos proprietários rurais, dado que a agricultura é “[...] avalista de um complexo sistema externo a ela (que engloba setores de transporte, geração de energia, logística, crédito rural, pesquisas, desenvolvimento de maquinaria, etc.) e que a subordina aos interesses do grande capital industrial e financeiro”.

Constatamos, portanto, que o objetivo primacial do MST em sua origem era a reforma agrária. Esse objetivo se mantém até hoje, embora, como vimos, com mudanças conceptivas recentes aparentemente importantes. Cabe-nos explicitar, no entanto, como o MST tendo partido desse objeto tão excêntrico em relação à educação, chegou ao ensino escolar e veio a constituir uma rede de escolas próprias e uma pedagogia específica.

Embora gerando uma *concorrência revolucionária*, a natureza das organizações operário-populares na sociedade de classes é muito diversa. A maioria trata de resistir ou se opor a certas situações adversas aos trabalhadores, como, por exemplo, quando um sindicato promove uma greve visando obter uma recomposição salarial. Umhas poucas almejam uma transformação completa da sociedade e, frequentemente, se assumem como partidárias da revolução social. Outras ainda, sem que cheguem precisamente a tanto, também buscam promover grandes alterações sociais, como é o caso do MST. Um traço distintivo destes dois últimos tipos é que são organizações ou movimentos que são portadores de um projeto social mais ou menos alternativo à ordem estabelecida.

O MST é um movimento de massas, auto-organizado, de classe trabalhadora, incrustado em uma das grandes querelas históricas produzidas pela sociedade capitalista, a da propriedade agrária. Ele se define por duas determinantes fundamentais. Em primeiro lugar, por seu projeto alternativo para a agricultura e, em segundo, por sua vida orgânica, isto é, o modo como se constitui e funciona enquanto organização coletiva de massas.

Dessa forma, a reivindicada reforma agrária – que funciona como uma bandeira de mobilização e luta –, de fato faz parte de um projeto social bem mais abrangente, que transcende a prosaica ideia de expropriação e distribuição de propriedades. Esse projeto, ainda que diga respeito primordialmente ao campo, vai além dele, pois, se realizado, impactaria o todo social. E qual é esse projeto, qual é sua natureza política? Neste trabalho defendemos a tese de que, no momento atual, o ideário do MST, o seu projeto, encontra-se situado na esteira da tradição republicana democrática, fraternal e radical - não liberal -, originada na derrotada ala popular da Revolução Francesa, à qual o Movimento agrega alguns elementos que apontam para o socialismo.

O que almejava essa ala da Revolução derrotada pelas forças liberais patrocinadoras do capitalismo? Segundo Domenech (2004, p. 21), esse setor popular da Revolução tinha a pretensão

Democrático-fraternal de civilizar todo o âmbito da vida social: de erradicar o despotismo herdado da velha *loi de famille* – o despotismo patriarcal doméstico, não menos que o despotismo do patrão sobre o trabalhador, e de erradicar o despotismo

burocrático-estatal herdado da velha *loi politique* dos Estados monárquicos absolutistas modernos.

Essa tradição fraternal, cuja base material encontrar-se-ia na universalização da pequena propriedade agrária ou urbana (ROBESPIERRE, 1999; ROUSSEAU, 1981), inscreveu-se nas lutas sociais europeias desde a grande revolução. Em 1845, por exemplo, na ante-sala das rebeliões de 1848, Marx e Engels estavam tentando desenvolver uma organização internacional de democratas fraternos ou socialistas (HUNT, 2009). E, segundo Domenech (2004, p.20), o socialismo político, como também o anarquismo tiveram um ponto de partida na “[...] democracia republicana herdada do ideário de fraternidade jacobina”.

Numa era de capitalismo global e república liberal que superaram as monarquias absolutistas, evocar a vigência de um ideário concebido na Revolução Francesa, e derrotado, pode parecer despropositado. No entanto, recordamos que houve um momento em que a reforma agrária também pareceu completamente superada pelo progresso e, no entanto, esse fenômeno reinstalou-se em âmbito nacional e internacional como uma *questão agrária*. Podemos afirmar algo semelhante em relação a outras questões incorporadas pelo MST, que se encontravam originariamente no ideário de *liberdade, igualdade e fraternidade*, mas que, na linguagem de Domenech (2004), se mantiveram eclipsadas por muito tempo, como, por exemplo, a questão da emancipação da mulher e da erradicação do racismo.

Se no plano mais geral é a impoção republicana democrática que predomina no ideário do MST, no plano micro social, o Movimento vai um pouco mais além da típica ideologia democrático-republicana. Isto se manifesta, sobretudo, em sua proposição de transcender o âmbito da pequena propriedade individual apelando à organização de cooperativas, dentre as quais sobreleva a cooperativa de trabalho associado, denominada de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA). Uma peculiaridade central neste tipo de cooperativa, em contraste com o ideário iluminista de universalização da pequena propriedade individual ou da propriedade capitalista erigida sobre o trabalho assalariado, é que se encontra suposto um trabalhador coletivo moderno (MARX, 1982, p. 259-271), porém, baseado em um coletivo de trabalhadores associados.

Há, portanto, a centralidade do projeto social nas atividades do Movimento, uma vez que este é a força impulsionadora, o *leitmotiv* de tudo o mais. Mas, o projeto do MST não é um simples programa ou conjunto de ideias, embora também o seja, porque depois de três décadas, o projeto conta com várias realizações, das quais arrolamos duas: os assentamentos da reforma agrária ou a constituição da economia política do Movimento; e a configuração do sistema educacional do MST.

Se a aspiração dos trabalhadores à propriedade da terra, o trabalho precário no agronegócio e a pobreza generalizada formam a base social do MST, a economia política dos acampamentos e, sobretudo, dos assentamentos forma a base das demais obras realizadas por ele, afora ser o próprio Movimento a concretização da luta social. Várias são as determinantes que confluem para fazer dessa uma instância estratégica. Assinalamos as mais salientes: a) os assentamentos constituem o fenômeno que mais se aproxima ao que deveria ser a grande reforma contida no projeto social, porque neles são instauradas as relações sociais de propriedade e produção projetadas e supostamente alternativas; b) os assentamentos constituem uma base material relativamente autônoma de subsistência para os assentados e associados do MST, ou seja, um sustentáculo efetivo de reprodução da vida social sob novas bases; c) a economia política do MST é, também, aparentemente, o fenômeno social mais inclusivo, porque ela serve de âncora territorial, material e mesmo financeira para o funcionamento de várias outras atividades educacionais, culturais e sociais.

Se a economia dos assentamentos apresenta essa propriedade de pré-figuração do projeto social, temos que considerar que esse projeto tem apresentado variações no decurso do tempo. As variações são assinaladas pelo que denominamos de proposições para o norteamento da economia política, que se seguiram em sequência temporal e que são: a) a agricultura com base na pequena exploração agrícola de base familiar; b) a exploração com base na instauração de comunidades, que foi de trânsito efêmero; c) a criação do sistema cooperativista com a fundação da Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB); d) a fase atual com ênfase na generalização de cooperativas tecnológicas e agroindustriais, que devem se orientar segundo os preceitos da agroecologia e sustentabilidade.

A existência desses diferentes paradigmas para a economia política, no decurso do tempo, provavelmente não alteram nossa hipótese quanto à natureza política e socioeconômica do projeto social do MST. No entanto, certamente a problematizam na medida em que, cada uma dessas fases deve corresponder a modificações no projeto social, de modo que uma possível investigação teria que apurar como essas alterações de abordagem repercutem nas demais instâncias, na organização do Movimento, no próprio projeto social e, sobretudo, na educação.

Num dado momento de sua trajetória, o MST apresentou-se, também, como um criador de escolas e constituiu um sistema educacional próprio. Esse fato é uma realização bastante extraordinária do Movimento.

Esse acontecimento pode ser examinado de modo profícuo a partir da adaptação de uma ideia de Gramsci (1976). Gramsci, relendo Maquiavel, viu o partido revolucionário como uma espécie de príncipe moderno, de *condottiero* que se apresentou para guiar o povo. Esse *condottiero* de nosso tempo desempenha várias funções: é um organizador coletivo; um educador coletivo e, portanto, também um intelectual coletivo.

Gramsci (1976) aplica essa metáfora ao partido político. Mas, não vemos problema em estendê-la à análise de organização de classe trabalhadora (THOMPSON, 1977) desde que esta, como é o caso do MST, tenha um projeto social, sensibilize uma massa significativa de pessoas e atue como organizador, como educador e intelectual coletivo.

A vantagem de utilizarmos o esquema interpretativo de Gramsci é que esse pensador atribui extraordinária importância política e social aos fenômenos intelectuais, da cultura e simbólicos em geral (GRAMSCI, 1968).

Enquanto movimento social atuante e relativamente influente, o MST se apresenta como educador coletivo imanente. Este fenômeno, estudado por Caldart (2000), é derivado da simples presença e atuação do Movimento enquanto lutador social que defende uma bandeira ou um projeto social alternativo. Do ponto de vista intelectual é o ato educativo mais elementar. Do ponto de vista político, no entanto, é um dos mais importantes, porque, segundo Gramsci (1968), os dois momentos fundamentais do aprendizado são a razão e o sentir e, praticamente, nada se equipara à participação na luta social direta para mobilizar as energias da emoção ou da paixão.

Numa fase mais avançada, o Movimento torna-se também um demiurgo escolar. O interesse do MST pela educação escolar, inclusive regular ou formal, decorreu em boa parte das formas de luta social adotadas, notadamente as ocupações e a constituição dos acampamentos. O advento dos assentamentos como resultado da luta apenas reforçou o interesse pelo ensino escolar e a criação de escolas. Tanto nos acampamentos como nos assentamentos estamos em presença de agrupamentos humanos, nos quais estão integralmente presentes as famílias de trabalhadores. Por suas peculiaridades – as necessidades da luta, a localização em regiões remotas, etc.- nem sempre é possível para as pessoas dos acampamentos e assentamentos, particularmente as crianças, acudirem à escola pública, a única que o trabalhador está em condições de acessar. Portanto, a necessidade de obter educação escolar é uma das razões que induziu o MST a entrar também no *front* da luta pela educação, reivindicando do Estado a escola pública ou criando as suas próprias escolas.

Há um ponto de inflexão na trajetória do MST com relação à educação escolar. Esta inflexão ocorreu no momento em que o MST, além de prosseguir na luta pela reforma agrária,

resolveu aceitar o desafio de coordenar a organização da economia nos assentamentos sob sua influência. Essa resolução, que até certo ponto redirecionou o MST em relação a seus propósitos originários, decorreu das dificuldades encontradas pelas pequenas explorações familiares para enfrentarem a concorrência em um mercado de insumos/produtos agrários, praticamente globalizado em bases capitalistas. A solução que o MST encontrou para esse problema, depois de alguns ensaios iniciais que não deram certo (POKER, 1999), foi a de promover a organização cooperativa⁴ tendo criado com essa finalidade a CONCRAB (CONCRAB, 1995).

Foi nesse momento que o tema educacional escolar emergiu ingente no MST. Aos desafios de formar quadros para o Movimento e de propiciar educação escolar, sobretudo para crianças e jovens, se sobrepôs a necessidade de formar quadros técnicos e políticos capazes de orientar a construção de uma economia política cooperada. A atividade cooperada, solução proposta pelo MST para superar as limitações da pequena exploração familiar parece certa. Porém, é de realização complexa e dificultosa. A pequena exploração familiar, embora apossada pelo desenvolvimento das redes capitalistas, é de manejo mais ou menos intuitivo e, principalmente, uma concepção e um valor disseminado na sociedade. A organização cooperativa dos trabalhadores, ao contrário, é pouco conhecida⁵, heterogênea em suas possibilidades conceptivas, navega contra a corrente e a rigor não pode prescindir de um apoio teórico, técnico e econômico. Dessa forma, foi por essa razão que os primeiros cursos organizados pelo MST foram o de formação de professores e o de técnico em cooperativas.

O MST se propõe a juntar suas ações às práticas da instituição escolar na zona rural, apostando na formação de professores e buscando uma qualidade política para a escola, cuja história está marcada pelas precariedades e pelo controle exercido por inúmeros projetos e políticas para as áreas rurais (BELTRAME, 2002, p. 131).

No início da organização da cooperação nos assentamentos encontramos outra ordem de fatores que induziram o MST a criar escolas. Há pouquíssimas escolas públicas que introduzem o cooperativismo em seus currículos. Por outro lado, não existem escolas públicas direcionadas para o trabalho associado, que é o modo específico de cooperação adotado pelo MST.

⁴ A organização cooperativa do trabalho também pode fazer parte do tipo de organização de *classe trabalhadora* indicado por Thompson (1977). Os capitalistas, notadamente os do campo, inspiraram-se nesse tipo de organização para criarem suas próprias cooperativas, porém, em termos antitéticos a elas. Uma súpula da emergência histórica das cooperativas pode ser encontrada em Watkins (1973).

⁵ Nos últimos quinze anos desenvolveu-se no país a denominada economia solidária (SINGER; SOUZA, 2000), com o apoio do Partido dos Trabalhadores e da Cáritas Brasileira, dentre outras organizações. Contudo, apesar de uma relativa pujança nesse período, o setor cooperativado popular continua sendo uma atividade excêntrica no quadro da economia nacional.

A educação no MST não tem a pretensão de ser neutra, pois está voltada para um projeto social alternativo à ordem social hegemônica. Esta parcialidade da educação do Movimento é frequentemente utilizada por certos pesquisadores e principalmente mídias como uma invectiva contra as escolas do MST. No entanto, ponderamos que a escola oficial tampouco é neutra ou imparcial, e que é considerável o número de pesquisadores (BEAUVOIS, 2008, BOWLES; GINTIS, 1976, ENGUITA, 1989, CARNOY; LEVIN, 1987, dentre outros) que demonstram que a escola oficial nada tem de neutra em relação ao que a ordem liberal reclama como neutralidade, ou seja, a posição em relação ao conflito atávico da sociedade moderna entre o capital e o trabalho.

Com relação à iniciativa do Movimento em criar escolas, ressaltamos o extraordinário papel que cabe à educação na sociedade moderna industrial. No plano reflexivo, há muitos autores importantes que enunciam a conexão da educação com o desenvolvimento da indústria, isto é, com o desenvolvimento do mundo do trabalho. Mencionamos apenas uma formulação de Marx (1984) na qual afirma que chegado a certo estágio de industrialização, o trabalho manual tenderá a desaparecer, sendo substituído predominantemente pela atividade intelectual. O interessante nessa assertiva é que ela tem a propriedade de evocar, de modo visionário, a conexão entre desenvolvimento industrial ou industrialismo e educação, o que coloca esta última num *continuum* ascendente de importância social.

Tratadas pontualmente, essas teriam sido as principais razões que induziram o MST a se tornar um criador de escolas. Em seguida, apresentamos algumas indicações a respeito da pedagogia do Movimento e da organização das escolas.

A pedagogia do MST está orientada para o seu fortalecimento enquanto movimento social e para a implementação de seu projeto econômico-social, no que é concretamente possível para a economia dos assentamentos.

O MST é um organizador coletivo de trabalhadores nos termos de Gramsci, e é um organizador estruturado segundo um padrão variavelmente democrático-popular, nos termos de Thompson. Segundo Gramsci (1968) um dos efeitos possíveis de um organizador coletivo é que se converte, também, mais ou menos automaticamente, em um educador coletivo, o que o transforma igualmente e de modo muito variável em um intelectual coletivo.

A função de intelectual coletivo torna-se muito evidente no MST no momento em que procura construir uma pedagogia própria. Uma pedagogia é em primeiro lugar um constructo intelectual e, portanto, é no campo especificamente intelectual ou teórico que o MST vai buscar as ferramentas para a elaboração de sua visão de educação, de ensino e aprendizagem e de organização da escola.

Uma ideia seminal na educação do MST é que ela deve ser o inverso do que Freire (2011) denomina algo hiperbolicamente de educação bancária. Para Freire (2011) a educação dominante é uma adequação mais apropriada para senhores e escravos do que para homens livres, porque no ato educativo os professores são ativos e os alunos são passivos ou receptáculos, de fato, subordinados. Partindo desta crítica à educação oficial, o MST, enquanto educador coletivo de trabalhadores e em correspondência com sua organização e projeto social, se propõe a construir uma educação entre iguais e, portanto, entre protagonistas educacionais inseridos em relações democrático-populares. Uma característica de destaque do empreendimento pedagógico do MST é que este não parece se encontrar inibido por enquadramentos ideológicos restritos, lançando mão das mais variadas fontes intelectuais para alimentar sua reflexão pedagógica. Assim, por exemplo, a sua pedagogia se socorre também de autores como Makarenko (2002) e Pistrak (2008) que, por terem a luta de classes, a revolução socialista e a autogestão como epicentro de suas teorias, praticamente se situam nas antípodas do pensamento de Freire. Em Makarenko e Pistrak o MST buscou principalmente as ideias de autogestão ou gestão democrática da escola e união do ensino com o trabalho real.

Essa vertente literária, não obstante as evidentes diferenças epistemológicas que as caracterizam, tem em comum o fato de que aponta categorias nada usuais no ensino oficial, tais como gestão democrática (diferente da oficial), união do trabalho com o ensino, auto-organização dos alunos, autogestão, e várias outras.

Naturalmente, as fontes pedagógicas do MST não são apenas teóricas. Do nosso ponto de vista, o constructo pedagógico do Movimento articula no campo reflexivo os elementos teóricos propriamente ditos com determinantes subjetivas e objetivas provenientes da vida orgânica do Movimento ou de sua economia política.

Sustentamos que há uma interdependência orgânica, embora não mecânica, entre a economia política, ou pelo menos um setor dela, e a atividade educativa escolar do MST. Assim colocada a questão, como simples interdependência, não há propriamente novidade, porque a educação oficial também apresenta essa conexão. A novidade é que na educação do MST essa conexão ocorre de um modo diferente, ou seja, ocorre mediante vínculos diretos e explícitos e, também, segundo determinantes e funções bem diferentes dos existentes na escola oficial. Enquanto que uma das funções da escola oficial é habilitar os alunos para que no futuro possam vir a pleitear um emprego assalariado, ou concorrer a posições no mercado de trabalho, o equivalente não se verifica nas escolas do MST. De qualquer modo, visto que nossa temática implica a educação e o trabalho, esta questão da interdependência entre essas instâncias sociais merece um comentário.

=====

A insistência peremptória na importância dessa conexão pode aparecer como estranha à luz de uma boa parte, provavelmente a maior parte, da literatura sobre educação. No entanto, a interdependência existente entre educação e economia política nunca foi estranha à análise das ciências humanas. Provavelmente, o que tem assaz contribuído para que a educação seja concebida como esfera autônoma, com conexões apenas indiretas com o mundo do trabalho, foi o caminho percorrido pela economia política desde o século XX.

Quando Smith (2003) escreveu *An inquiry into the nature and causes of the wealth of the nations*, enunciou claramente que a produção de riquezas ocorria no quadro de certas relações sociais econômicas (ARRIGHI, 2008). Essa ideia encontra-se também em outros grandes autores da economia clássica, o que dava à economia política o caráter inequívoco de uma ciência social.

Em Marx (1982), crítico do capital e da economia política, essa ideia seminal foi ainda mais longe. Para ele a cultura, a política e o direito não são instâncias sociais que incidem sobre o capital, ou seja, influenciando mais ou menos a economia e vice-versa. Para ele essas instâncias podem aparecer como exógenas e autônomas em relação à esfera econômica, mas de fato são concomitantemente exógenas e endógenas à esfera econômica, pelo menos no sentido absolutamente vital de que sem a presença delas, sem seus efeitos ou funções econômicas, o capital não pode subsistir, não pode produzir e reproduzir a si mesmo (PASUKANIS, 1976).

O que aconteceu é que durante o século XX a economia clássica foi se transformando em economia neoclássica. A vertente neoclássica se transformou cada vez mais em uma espécie de ciência natural. Ela supõe a acumulação sem fim de riqueza em bens ou dinheiro como o supremo objetivo econômico, e teoriza que a economia assim entendida é regida por leis próprias muito semelhantes às leis da natureza. Numa palavra, oriunda da economia política, originariamente uma ciência social, esta disciplina com o tempo adveio economia (ROBERTS, 2012), isto é, um corpo teórico que opera como uma ciência da natureza. Segundo essa visão, portanto, pode haver maior ou menor interação entre educação e economia, no entanto, essas instâncias não se encontram organicamente imbricadas.

Essa visão do universo econômico poderia ser uma particularidade científica ou ideológica se não fosse o fato de que ela tornou-se a visão dominante no senso comum, no ambiente dos chamados formadores de opinião e no meio acadêmico. Assim, não é de se estranhar o lugar mais ou menos excêntrico que o mundo do trabalho ocupa no universo das investigações educacionais, embora essa determinante não seja a única causa a gerar essa

excentricidade. No entanto, partimos do pressuposto de que entre a educação e o mundo do trabalho há bem mais do que graus variáveis de interação social.

Coincidentemente, essa é também a posição do MST, colocada em termos pedagógicos propositivos, quando declara que deve haver “vínculo orgânico entre processo educativo e processos políticos” (MST, 1996, p. 16), e “vínculo orgânico entre processos educacionais e processos econômicos” (MST, 1996, p. 17). Estas duas asserções referem-se, respectivamente, a que a política em geral, mas especificamente a política do MST, deve ser objeto dos processos pedagógicos, bem como, de modo análogo, que devem fazer parte desses processos a economia em geral e diferencialmente a economia do MST.

A ilustração mais evidente de vínculo orgânico entre a educação e o mundo do trabalho nos é proporcionada pelo princípio pedagógico-econômico de união entre educação e trabalho, o que torna os alunos das escolas do MST estudantes-trabalhadores (DAL RI; VIEITEZ, 2004, 2008). Naturalmente, não é possível aqui nos estendermos sobre este tema. A título de exemplos, enumeramos alguns dos eixos pedagógicos que apresentam uma correspondência praticamente isonômica na escola, na economia política e na vida orgânica do MST: 1) a luta social; 2) união do ensino com o trabalho real; 3) relações sociais de produção pedagógica baseadas na associação e não no assalariamento (cooperação com base no trabalho associado); 4) gestão democrática na escola.

Esses eixos estavam presentes como tendência no sistema pedagógico escolar do MST até 2008 (DAL RI; VIEITEZ, 2008). A seguir, provavelmente em correspondência com a nova impostação do conceito de reforma agrária popular, o conceito de agroecologia adquiriu uma nova estatura, enquanto o de sustentabilidade parece ter sido introduzido apenas recentemente.

Agroecologia e sustentabilidade são conceitos que decorrem do fato de que a natureza apresenta limites à exploração humana e, também, que em muitos e importantes aspectos esses limites já foram alcançados pela atividade do *homo habilis*. As correntes de economia política nomeadas por nós, notadamente a última delas, abstraíram de suas formulações a questão da limitação natural, de sorte que a natureza entra em suas projeções como simples constante ou pressuposto. Portanto, a preocupação com a ecologia e, na agricultura, com a agroecologia, é recente.

Para finalizar este comentário, reiteramos que a educação do MST visa um projeto social e o fortalecimento do próprio Movimento. Por outro lado, a sua pedagogia também é mais do que isso, pois é um fenômeno educacional típico da sociedade moderna.

O que é típico da sociedade moderna na pedagogia dominante? Podemos dizer metaforicamente que é o encontro da revolução científica copernicana-galileana com a revolução industrial, mais a Revolução Francesa pelo lado liberal acrescida da pedagogia acadêmica. O resultado é uma educação basicamente laica, produtora de habilidades de base técnica e científica e geradora de hegemonia política dos grupos de propriedade, dinheiro e educação formal. Pelo lado da educação alternativa do MST, reiterando o caráter metafórico, a pedagogia parece ser o encontro da revolução científica com a revolução industrial, a Revolução Francesa segundo a ala popular, elementos de marxismo e socialismo, a Igreja popular e a pedagogia crítica.

Se é verdade, como sustentamos, que a política (o Movimento) e a economia política encontram-se organicamente imbricadas no modo como o educador coletivo constrói a pedagogia, não é menos verdade que a pedagogia assim elaborada não é meramente um epifenômeno daquelas instâncias, resguardando um espaço próprio de inventividade derivado da especificidade do ato de ensino-aprendizagem. Afora este aspecto, também é necessário considerar o seguinte. A pedagogia e a economia que podem ser consideradas estabelecidas na sociedade, portanto, dotadas de uma estabilidade reprodutiva secular, porque reproduzidas secularmente como dominantes, não obstante as crises periódicas do capitalismo são a pedagogia e a economia oficiais. No MST, de modo diverso, as ações pedagógicas ou econômicas estão necessariamente presididas pelo projeto social, ou seja, pela política, o que lhes dá um caráter necessariamente experimental, sujeito, portanto, a alterações de rota rápidas ou bruscas, como o sugerem as várias fases já vivenciadas pelo MST em termos de organização da produção agrária.

4 CONCLUSÃO

Como observamos, os estudos sobre a educação do MST são em geral elogiosos. No entanto, paradoxalmente, é comum que as razões que apóiam essas posições elogiosas decorram de interpretações contraditórias entre si. Isto decorre do fato de que o objeto de investigação em mote é complexo e não se deixa apreender facilmente pelos paradigmas de interpretação predominantes. Decorre também do fato de que, em geral, as análises tendem a concentrar o foco no fenômeno imediatamente pedagógico, obscurecendo determinações da práxis do Movimento que, quando consideradas, certamente contribuem para um melhor equacionamento analítico do objeto em tela. Assim, neste trabalho, sustentamos que a investigação da educação escolar no MST poderá se beneficiar ao sopesar as ligações nem

sempre manifestas que existem entre sua atividade educativa, o programa de reforma agrária democrática, a economia política constituída por acampamentos e, sobretudo assentamentos, bem como por sua iniludível base social formada majoritariamente por pequenos proprietários rurais, reais ou potenciais.

Afirmamos que há uma interdependência orgânica, não mecânica, entre a economia política, ou um setor dela, e a atividade educativa escolar do MST.

Apresentamos no texto a teoria de apoio e alguns dos principais eixos pedagógicos que proporcionam uma correspondência praticamente isonômica na escola, na economia política e na vida orgânica do MST, quais sejam: 1) a luta social; 2) união do ensino com o trabalho real produtivo; 3) relações sociais de produção pedagógica baseadas no trabalho associado; 4) gestão democrática da escola. Disso resulta uma organização político-pedagógica nas escolas do MST diferenciada daquela comumente encontrada nas escolas oficiais.

Supomos que os componentes da realidade do MST discutidos não incidam com poder de determinação sobre sua atividade educativa, por mais que isso não apareça à superfície do fenômeno educativo, certamente constitui um óbice ao empreendimento investigativo.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.

BEAUVOIS, J. L. **Tratado de la servidumbre liberal**. Madrid: La Oveja Roja, 2008.

BELTRAME, S. A. B. Formação de Professores na prática política do MST: a construção da consciência orgulhosa. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 28, n. 2, p. 129-145, jul./dez. 2002.

BEZERRA NETO, L. **Sem terra aprende e ensina**. Estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. São Paulo: Autores Associados, 1999.

BOWLES, S.; GINTIS, H. **Schooling in capitalist America**. New York: Basic Books, 1976.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Escola é mais do que escola. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CALDART, R. S. **O lugar da escola na pedagogia do MST**. Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 16 abr. 2005. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0070.html>. Acesso em: 06 ago. 2012.

CARNOY, M.; LEVIN, H. M. **Escola e trabalho no Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 1987.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DA REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos. **Caderno de Cooperação Agrícola**. São Paulo, n.4, 1995.

DAL RI, N. M. **Educação democrática e trabalho associado no contexto político-econômico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2004. 315 f. Tese (Livro-Docência em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. A educação do Movimento dos Sem Terra: Instituto de Educação Josué de Castro. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 89, p. 1379-1402, 2004.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. **Educação democrática e trabalho associado no movimento dos trabalhadores rurais sem terra e nas fábricas de autogestão** □. São Paulo: Ícone: FAPESP, 2008.

DAL RI, N. M., VIEITEZ, C. G. Trabalho como princípio educativo e práxis político-pedagógica. In: MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, V. P.; MILLER, S. (Org.). *Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações*. Araraquara: Junqueira & Marin; São Paulo: *Cultura Acadêmica*, 2009. p. 253-305.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HOBSBAWM, E. J. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HUNT, T. **Marx's General**. The revolutionary life of Friedrich Engels. New York: Metropolitan Books, 2009.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.

LEANDRO, J. B. **Curso técnico em administração de cooperativas do MST: a concepção de educação e a influência no assentamento Fazenda Reunidas de Promissão - SP**. 2002. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LAO, W.; FELDMANN, A. **Reforma Agraria Popular: la nueva propuesta el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Madrid. 05 jun. 2009. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=86558>. Acesso em: 05 jun. 2009.

MAKARENKO, A. Os objetivos da educação. In: LUEDEMANN, C. S. **Anton Makarenko – Vida e obra – a pedagogia na revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2002. 432 p.

MEDEIROS, L. Continuidades e inovações nas lutas recentes no campo. **Carta Maior**. Colunistas. São Paulo. 07 dez. 2004.
http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=1809. Acesso em: 12 ago. 2012.

MELLO, M. C. D. **O bóia fria** - acumulação e miséria. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Princípio da educação no MST**. Porto Alegre: MST, 1996.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Pedagogia do Movimento Sem Terra – Acompanhamento às escolas. **Boletim da Educação**. Porto Alegre, n. 8, jun., 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST lutas e conquistas**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2010.

PALMEIRA, M.; LEITE, S.; HEREDIA, B. M. A.; CINTRAO, R. **Impactos dos assentamentos**. Um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

POKER, J. G. A. B. **Reinventando a vida**. Uma análise da metodologia empregada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) para implantar formas de cooperação em assentamentos da reforma agrária, 1999. 298 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

ROBERTS, P. C. **Escape from economics**. New York. 31 jul. 2012. Disponível em: <http://www.counterpunch.org/2012/07/31/escape-from-economics/>. Acesso em: 30 ago. 2012.

ROBESPIERRE, M. **Discursos e relatórios na Convenção** □. Rio de Janeiro: Eduerj: Contraponto, 1999.

ROUSSEAU, J. J. **O contrato social**. Lisboa: Europa America, 1981

SILVER, B. J. **Fuerzas de trabajo** - Los movimientos obreros y la globalización desde 1870. Madrid: Akal, 2003.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 2 v.

STÉDILE, J. P. **BRASIL**: El Movimiento Sin Tierra se plantea nuevos métodos de lucha. Madrid, 24 fev. 2009. Disponível em: <http://www.kaosenlared.net/noticia/brasil-movimiento-sin-tierra-plantea-nuevos-metodos-lucha>. Acesso em: 25 fev. 2009.

STÉDILE, J. P. Cadê a Reforma Agrária? **MST.org.br**. São Paulo. 24 jul. 2012. Disponível em: <http://www.mst.org.br/Cade-a-Reforma-Agraria>. Acesso em: 04 out. 2012.

THOMPSON, E. P. **La formación histórica de la clase obrera** – Inglaterra 1780-1832. Barcelona: Laia, 1977. v. 3.